

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

1 Aos oito dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e seis, realizou-se a Reunião
2 Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, sob a presidência da
3 conselheira Josiani Severino dos Santos Nogueira. Registraram presença os(as)
4 conselheiros(as) Cláudio Márcio de Melo, Amanda Boza Gonçalves, Adriana Aparecida
5 dos Santos, Cláudia Lanzzone, Elisângela Silva de Araújo, Carolina Favaro, Ana Cristina
6 Gois Fuentes, Poliana de Paula Amâncio, Ana Karina Anduchuka, Fernanda de Mello
7 Nogueira, Roseli Rodrigues de Souza, Cássia Talita Terciotti Moretti, Luciana dos Santos
8 Coronato, Izabel Feijó Oliveira Flores, Aline Indio do Brasil, Danielle Godoi A.
9 Rodrigues, Isabela de Barros Vilas Boas, Lygia Mariane Bordonal, Fabrícia Laís Pigaiani,
10 Denise Maria Frank de Almeida, Vanderley Pires e Carlos da Silva. Registraram
11 justificativa de ausência os(as) conselheiros(as) Gleycielle Tamires Kawana dos Santos,
12 Daniel Soares da Silva e Rita de Cássia Lemos Barboza. Também estiveram presentes
13 convidados e técnicos da Secretaria Municipal de Assistência Social e das entidades
14 parceiras. A Presidente declarou aberta a reunião às 13h44, apresentou a pauta
15 previamente encaminhada aos conselheiros e esclareceu que a inclusão dos itens
16 referentes ao Serviço Especializado em Abordagem Social e à Operação Noite Fria
17 decorreu de solicitação formulada na reunião anterior pelo conselheiro Carlos da Silva.
18 Informou ainda que a discussão da denúncia apresentada por usuário do serviço de
19 acolhimento institucional seria realizada com base na manifestação escrita encaminhada
20 ao Conselho e nos esclarecimentos solicitados à entidade executora e à Secretaria
21 Municipal de Assistência Social, tendo sido recebida, até aquele momento, apenas a
22 manifestação da entidade. Não havendo pedidos de alteração da pauta, esta foi aprovada
23 por unanimidade. Em seguida, a ata da reunião ordinária realizada em 10 de junho de
24 2026 foi submetida à apreciação e aprovada pela plenária, registrando-se duas abstenções.
25 Passou-se, então, ao terceiro item da pauta, referente à apresentação e deliberação sobre
26 a destinação de recursos para a transição das unidades do Serviço de Convivência e
27 Fortalecimento de Vínculos – SCFV. A representante da Proteção Social Básica, Adriana
28 Barroso, apresentou o processo de transição das unidades João Turquino e Vista Bela após
29 a manifestação do CEPAS quanto ao encerramento da execução dos serviços nessas

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

30 unidades, permanecendo apenas com as unidades São Jorge e Aquiles Stenghel. Informou
31 que, após consulta às organizações da sociedade civil executoras do serviço, o Instituto
32 Holiness manifestou interesse em assumir a execução, sendo adotadas as providências
33 necessárias para formalização da parceria. Recordou que o CMAS já havia aprovado a
34 dispensa de chamamento público para celebração de parceria emergencial, medida
35 posteriormente ratificada pela Procuradoria-Geral do Município. Esclareceu que, na
36 unidade João Turquino, a transição ocorreria de forma gradual entre as equipes até a
37 assunção integral do serviço pelo Instituto Holiness, sem interrupção do atendimento.
38 Quanto à unidade Vista Bela, informou que seriam necessárias adequações no imóvel e
39 que, durante o período de suspensão temporária das atividades, os usuários que
40 manifestassem interesse seriam atendidos provisoriamente na unidade São Jorge, com
41 transporte disponibilizado pela unidade. Informou ainda que a nova equipe participaria
42 de capacitação específica antes do início das atividades. Na sequência, a Diretora da
43 Proteção Social Básica, Amanda Boza, apresentou a necessidade de suplementação
44 financeira para viabilizar a transição, esclarecendo que o CEPAS já havia recebido os
45 recursos referentes ao mês de julho, sendo necessária autorização para repasse
46 proporcional ao Instituto Holiness correspondente ao período estimado de dezenove dias
47 de execução do serviço, no valor máximo de R\$ 39.212,22, podendo ser inferior conforme
48 a data de formalização da parceria. A Diretora Administrativa e Financeira, Débora
49 Campos, esclareceu que os recursos seriam remanejados da fonte livre anteriormente
50 destinada às ações do Cadastro Único, em razão do recebimento de recursos do Programa
51 PROCAD, sem prejuízo às atividades do serviço. Foi apresentado o parecer favorável da
52 Comissão de Fundo, cujos membros, após análise e esclarecimentos sobre a origem dos
53 recursos, manifestaram-se pela aprovação da suplementação. Durante os debates, o
54 conselheiro Carlos da Silva ressaltou a importância do acompanhamento permanente da
55 execução dos serviços pelo Conselho, especialmente durante o período de transição entre
56 as entidades executoras. Em resposta, a equipe técnica informou que o processo vinha
57 sendo acompanhado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, pelos CRAS e pelas
58 famílias atendidas, destacando que reuniões já haviam sido realizadas com os usuários e

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

59 responsáveis para apresentação da nova entidade e esclarecimento das etapas da transição.
60 Encerradas as discussões, a Presidente submeteu à votação o parecer da Comissão de
61 Fundo e a autorização para suplementação de recursos no valor máximo de R\$ 39.212,22,
62 sendo ambas aprovadas por unanimidade. Concluída a deliberação, a Presidente deu
63 prosseguimento à reunião, passando ao quarto item da pauta, referente à apresentação do
64 Serviço Especializado em Abordagem Social, em atendimento à solicitação formulada
65 pelo conselheiro Carlos, após questionamentos sobre o atendimento à população em
66 situação de rua durante o período de frio. Para prestar os esclarecimentos, foram
67 convidadas a Gerente do Serviço de Atenção à População em Situação de Rua, Jully Anne,
68 e a assistente social Luciane Barreiros, que apresentaram o funcionamento do serviço, sua
69 finalidade, organização e fluxo de atendimento. Informaram que o Serviço Especializado
70 em Abordagem Social realiza busca ativa, atendimento às demandas encaminhadas pela
71 população e acompanhamento continuado das pessoas em situação de rua, atuando de
72 forma articulada com a rede socioassistencial e demais políticas públicas. Esclareceram
73 que o serviço funciona diariamente, por meio de abordagens solicitadas e programadas,
74 monitorando periodicamente os pontos mapeados do município, além de desenvolver
75 ações integradas com o Centro POP, Consultório na Rua, CAPS, Defensoria Pública e
76 demais órgãos da rede. Também foram apresentados dados da execução do serviço,
77 destacando-se o elevado número de abordagens realizadas nos últimos anos e a média
78 aproximada de 1.200 atendimentos mensais. A equipe técnica informou que o principal
79 desafio atualmente consiste na insuficiência de recursos humanos, em razão de
80 afastamentos por motivos de saúde e cargos vagos, circunstâncias que impactam a
81 manutenção das equipes em campo, especialmente durante períodos de férias e licenças.
82 Ressaltou ainda que a municipalização do serviço possibilitou maior estabilidade das
83 equipes, fortalecimento dos vínculos com os usuários e integração com a rede
84 socioassistencial. Durante os debates, os conselheiros solicitaram esclarecimentos sobre
85 a capacidade operacional do serviço e sobre o caso amplamente divulgado pela imprensa
86 envolvendo o falecimento de uma pessoa em situação de rua. Em resposta, a gerente Jully
87 Anne informou que o caso permanecia em apuração e esclareceu que o usuário vinha

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

88 sendo abordado diariamente pelas equipes, recusando reiteradamente o acolhimento
89 institucional, apesar das diversas tentativas de encaminhamento. Informou ainda que
90 qualquer cidadão pode acionar diretamente a Central da Abordagem Social para
91 comunicação de pessoas em situação de rua que necessitem de atendimento,
92 possibilitando o deslocamento das equipes para avaliação e atendimento da ocorrência.
93 Encerradas as manifestações, a Presidente agradeceu os esclarecimentos prestados e deu
94 prosseguimento à pauta. Em continuidade à reunião, a equipe técnica apresentou a
95 operacionalização da Operação Noite Fria, ação executada pelo Município de Londrina
96 com o objetivo de garantir proteção emergencial à população em situação de rua durante
97 períodos de baixas temperaturas. Informou que a operação é acionada sempre que a
98 previsão meteorológica indicar temperatura mínima igual ou inferior a 10°C, ou igual ou
99 inferior a 14°C com previsão de chuva, sendo executada de forma preventiva a partir do
100 monitoramento diário das condições climáticas. Esclareceu que a ação compreende busca
101 ativa no período noturno, transporte das pessoas que aceitam acolhimento, trabalho de
102 sensibilização realizado pelas equipes da Abordagem Social e apoio da Guarda
103 Municipal, além da ampliação temporária da capacidade de acolhimento institucional. A
104 equipe informou que o Município dispõe de 187 vagas regulares de acolhimento,
105 acrescidas de 64 vagas emergenciais durante a Operação Noite Fria, com possibilidade
106 de ampliação conforme a demanda, ressaltando que pessoas sob efeito de álcool ou outras
107 substâncias psicoativas também são acolhidas, prevalecendo o princípio da proteção à
108 vida. Destacou ainda que, durante o período de execução da operação, não houve registro
109 de insuficiência de vagas para atendimento das pessoas que aceitaram o acolhimento.
110 Durante os debates, os conselheiros solicitaram esclarecimentos sobre o
111 acompanhamento das recusas ao acolhimento. A equipe técnica informou que todas as
112 abordagens e recusas são registradas, permitindo o acompanhamento dos casos e o
113 aperfeiçoamento das estratégias de atendimento, ressaltando que o trabalho de
114 sensibilização é contínuo e que, em diversas situações, o acolhimento ocorre após
115 sucessivas intervenções das equipes. Encerrada a apresentação, a Presidente agradeceu os
116 esclarecimentos prestados, destacando a importância das informações para o

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

117 fortalecimento do controle social da política de assistência social. Concluída a
118 apresentação da Operação Noite Fria, a Presidente passou ao sexto item da pauta,
119 referente à denúncia encaminhada por usuário do serviço de acolhimento institucional
120 acerca do funcionamento da Casa de Passagem Masculina administrada pela Associação
121 MMA. Informou que a denúncia foi recebida pelo Conselho, encaminhada à Associação
122 MMA e à Secretaria Municipal de Assistência Social para manifestação, tendo sido
123 recebida, até aquela data, apenas a resposta da entidade executora. Na sequência,
124 procedeu à leitura da manifestação do usuário, que reconheceu o trabalho desenvolvido
125 pela equipe técnica da unidade, mas demonstrou preocupação com a localização do
126 equipamento no Jardim Marabá, em razão da intensa circulação de usuários e traficantes
127 de drogas na região, apontando que essa realidade poderia comprometer o processo de
128 recuperação de pessoas acolhidas. O usuário defendeu a reavaliação da localização da
129 unidade, maior atuação dos órgãos de segurança pública e fortalecimento da articulação
130 entre as políticas de assistência social, saúde mental e segurança pública. Em seguida, a
131 representante da Associação MMA, Ana Carolina Ferreira, esclareceu que a instalação da
132 unidade no Jardim Marabá decorreu de indicação da Administração Municipal, diante da
133 necessidade de desocupação do imóvel anteriormente utilizado e da inexistência de outro
134 imóvel adequado para continuidade do serviço. Informou que a entidade já havia
135 manifestado preocupação quanto à localização, em razão das características do território,
136 e destacou as dificuldades enfrentadas na execução do serviço, entre elas a atuação do
137 tráfico de drogas nas imediações, problemas relacionados à segurança, dificuldades para
138 contratação e permanência de trabalhadores e limitações impostas pela legislação
139 municipal de uso e ocupação do solo para instalação de equipamentos socioassistenciais.
140 Informou ainda que o serviço de pernoite seria transferido para outro imóvel, reduzindo
141 o fluxo de pessoas no local, permanecendo, entretanto, a Casa de Passagem no imóvel
142 atual em razão da vigência do contrato de locação, cuja rescisão antecipada implicaria
143 multa contratual não passível de custeio com recursos da parceria. Durante os debates, os
144 conselheiros destacaram que a situação extrapola a atuação da entidade executora,
145 envolvendo questões estruturais relacionadas à política de atendimento à população em

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

146 situação de rua, habitação, segurança pública, planejamento urbano e implantação dos
147 equipamentos socioassistenciais. Ao final, a plenária deliberou pela solicitação de
148 manifestação formal da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como que o
149 Secretário Municipal de Assistência Social, Cláudio, realize a mediação de diálogo entre
150 a OSC MMA e a OSC Irmã Sheila, responsável pela cessão do imóvel para locação,
151 visando verificar a possibilidade de rescisão do contrato sem incidência de multa.
152 Deliberou-se, ainda, pelo encaminhamento de ofícios aos órgãos competentes da
153 segurança pública e pelo aprofundamento do debate acerca dos impactos da legislação
154 municipal de zoneamento na implantação dos serviços socioassistenciais. A Presidente
155 passou ao sétimo item, referente à participação de conselheiros no Fórum de Controle
156 Social, a ser realizado no município de Paranavaí. Destacou a importância da participação
157 do CMAS no evento para o fortalecimento do controle social e submeteu à apreciação da
158 plenária a indicação dos conselheiros Cláudia Lanzzone, Carolina Fávaro, Josiani Severino
159 dos Santos Nogueira e Carlos da Silva, bem como a autorização para utilização dos
160 recursos necessários ao deslocamento. A proposta foi aprovada por unanimidade. Em
161 seguida, passou-se ao oitavo item da pauta, referente à composição de comissão
162 provisória para representação do CMAS em gravação de programa da RIC TV. A
163 Presidente esclareceu que a participação teria caráter técnico e institucional, visando
164 apresentar à sociedade as atribuições do Conselho e a importância do controle social da
165 política de assistência social. Após discussão, a plenária aprovou a constituição da
166 comissão provisória composta pelos conselheiros Carlos da Silva, Ana Cristina Gois
167 Fuentes e Carolina Favaro. Antes do encerramento da reunião, foi concedida a palavra à
168 representante do mandato da Vereadora Lenir de Assis, que informou sobre a apresentação
169 de emendas ao Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, destinadas à
170 priorização da política de assistência social e à vedação de contingenciamento dos
171 recursos da área, comunicando que a matéria seria apreciada na sessão da Câmara
172 Municipal do dia seguinte. Em razão do adiantado da hora, não foi possível apreciar os
173 demais itens constantes da pauta, referentes aos relatos de participação em eventos, da
174 Mesa Diretora, das Comissões, da Audiência Pública, da manifestação dos usuários e dos



Conselho Municipal de Assistência Social

Avenida Juscelino Kubitscheck, 2896 – Jardim Larsen

CEP: 86.010-230 – Londrina – PR

(43) 3378-0008 – e-mail: cmaslondrina@gmail.com

Ata de Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS

- 175 informes sobre os atendimentos à Terra Indígena Apucarantina, ficando tais assuntos
176 remanejados para reunião plenária subsequente. Nada mais havendo a tratar, a Presidente
177 agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 16h41, da qual foi lavrada
178 a presente ata que, após lida e aprovada pela Plenária, será publicada.